



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 209481-5/01 - Comarca do Recife

Agravante: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco.

Agravado: José Milton de Souza Malheiros.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. SUPRESSÃO INDEVIDA. CONFIGURAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. A ação mandamental não teve por objeto assegurar eventual acréscimo remuneratório ao arrepio da lei, mas sim combater decréscimo originado pela supressão indevida, de forma que não resta vulnerado o enunciado da Súmula 339 do STF. 2. O ato de revisão da aposentadoria do ora agravado suprimindo parcela referente à gratificação pelo o exercício de cargo comissionado, item componente do cálculo dos seus proventos, acarretando-lhe decréscimo patrimonial importante. 3. O ato revisional importou em alteração de situação jurídica do servidor, uma vez que importou decréscimo remuneratório em 50%, (cinquenta por cento) dos seus proventos, sem que tenha oportunizado-lhe o contraditório. 4. Caberia, na espécie, ter dado ciência ao agravado do procedimento para a revisão do seu ato de aposentadoria, restando, portanto, eivado de nulidade insanável o ato revisional. 5. Recurso de agravo improvido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 209481-5/01, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto, e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 20 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Recurso de agravo nº 209481-5/01 - Comarca do Recife

Agravante: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco.

Agravado: José Milton de Souza Malheiros.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelo apensado, sob o fundamento de que se restabeleça a forma de cálculo dos proventos do agravado, no tocante ao valor da parcela de estabilidade financeira.

Segundo o agravante, a forma de cálculo determinada na sentença é ilegal e merece reforma, já que importava em indevido acréscimo de mais de 100% do valor correto devido ao servidor.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do recurso de apelo, com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Cuida-se de reexame necessário e apelação cível em face de sentença que concedeu a segurança, no sentido de que se restabeleça a forma de cálculo dos proventos do apelado, no tocante ao valor da parcela de estabilidade financeira. Em suas razões, de fls. 82/99, o apelante alega, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pleito instrumentalizado no writ, por violar o enunciado da Súmula 339 do STF e, no mérito, a legalidade da revisão dos proventos, com a modificação da base de cálculo da estabilidade financeira, tendo em vista não haver cumprido os requisitos para a incorporação da gratificação de superveniente, razões que ensejariam a reforma de decisão vergastada. Não houve contrariedade. Feito o breve relato, decido monocraticamente. Em sede de preliminar, o ente estatal alega a impossibilidade jurídica do pedido veiculado no writ, por importar em aumento remuneratório sem base legal, o acarreta a vulneração do enunciado na Súmula 339 do STF. É de se mencionar, entretanto, que a ação mandamental não teve por objeto assegurar eventual acréscimo remuneratório ao arrepio da lei, mas sim combater decréscimo originado pela supressão indevida de item que compõe os proventos do apelado, de forma que não resta vulnerado o enunciado da Súmula 339 do STF, razões pelas quais, rejeito previamente esta alegativa. Quanto ao mérito, o cerne da controvérsia em análise consiste na legalidade ou não do ato de revisão da aposentadoria do apelado, suprimindo parcela referente a gratificação pelo exercício de cargo comissionado, item componente do cálculo dos seus proventos, acarretando-lhe decréscimo patrimonial importante. Ora, pelos elementos coligidos aos autos, observo que o ato revisional importou em alteração de situação jurídica do apelado, uma vez que importou decréscimo remuneratório da ordem de 50% (cinquenta por cento) dos seus proventos, sem que lhe tivesse sido oportunizado o regular

contraditório. Caberia, na espécie, ter dado ciência ao apelado do procedimento para a revisão do seu ato de aposentadoria, não vingando a óptica segundo a qual a autotutela administrativa poderia afastar-lhe o de direito de defesa, restando, portanto, elivado de nulidade insanável referido ato de revisão. Neste sentido, os Tribunais Superiores já proclamaram que a anulação de ato administrativo cuja formalização haja repercutido no campo dos interesses individuais não prescinde da instauração do regular processo administrativo, confira-se: EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEVIDO PROCESSO LEGAL. CF, art. 5º, LV. I. - Somente a ofensa direta à Constituição autoriza a admissão do recurso extraordinário. II. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, incorrendo o contencioso constitucional. III. - A verificação, no caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional. IV. - Alegação de ofensa ao inciso IX do art. 93, CF: improcedência, porque o que pretende o recorrente, no ponto, é impugnar a decisão que lhe é contrária, certo que o acórdão está suficientemente fundamentado. V. - Em relação à alínea c do art. 102, III, da Constituição Federal também não merece acolhida o prosseguimento do recurso extraordinário. É que o acórdão impugnado não apreciou lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição. VI. - A supressão de gratificação, por ato unilateral da Administração, somente poderia ocorrer num procedimento administrativo com observância do contraditório e do devido processo legal administrativo. CF, art. 5º, LV. Precedentes. VII. - Agravo não provido. (AI 508672 AgR/RN, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Veloso, DJ 26/04/2005). CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DA APOSENTADORIA. PODER-DEVER DA ADMINISTRAÇÃO. PRÉVIO PROCESSO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. - A Administração Pública tem o poder-dever de anular, ou revogar, os próprios atos, quando maculados por irregularidades ou ilegalidades flagrantes, consoante o entendimento consagrado no verbete da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. - Em respeito às garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, a jurisprudência desta Corte vem proclamando o entendimento de que a desconstituição de qualquer ato administrativo que repercute na esfera individual dos servidores ou administrados deve ser precedido de processo administrativo que garanta a ampla defesa e o contraditório. - Se, na hipótese, foi instaurado processo administrativo, com o intuito de rever as aposentadorias de servidores do Poder Legislativo de Goiás, conferindo-lhes o direito à ampla defesa e ao contraditório, inexistente lesão a ser amparada na via do mandado de segurança. Precedentes. - Recurso ordinário improvido (RMS 12821 / GO, T6, Rel. Min. Vicente Leal, DJ 24/03/2003). CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REVISÃO DA APOSENTADORIA. PODER-DEVER DA ADMINISTRAÇÃO. PRÉVIO PROCESSO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. - A Administração Pública tem o poder-dever de anular, ou revogar, os próprios atos, quando maculados por irregularidades ou ilegalidades flagrantes, consoante o entendimento consagrado no verbete da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. - Em respeito às garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, a jurisprudência desta Corte vem proclamando o entendimento de que a desconstituição de qualquer ato administrativo que repercute na esfera individual dos servidores ou administrados deve ser precedida de processo administrativo que garanta a ampla defesa e o contraditório. - Recurso ordinário provido. Segurança concedida (RMS 12726 / PR, T6, Rel. Min. Vicente Leal, DJ 20/02/2003). Feitas estas considerações, arribado no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao reexame necessário, por se encontrar em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do STJ e do STF, restando prejudicado apelo. P. e I. Recife, 16 de março de 2010 Des. Ricardo Paes Barreto Relator.

142 17
C

Segundo o agravante, a forma de cálculo determinada na sentença é ilegal e merece reforma, já que importava em indevido acréscimo de mais de 100% do valor correto devido ao servidor.

Caberia, na espécie, ter dado ciência ao apelado do procedimento para a revisão do seu ato de aposentadoria, não vingando a óptica segundo a qual a autotutela administrativa poderia afastar-lhe o de direito de defesa, restando, portanto, eivado de nulidade insanável referido ato de revisão.

Diante de todo exposto, nego provimento ao recurso de agravo, não considerando vulnerados os dispositivos de regência explicitamente prequestionados.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator